

Regional

PDM DE GUARAPARI

Lei limita prédios na orla e libera aeroporto em Setiba

Câmara de Guarapari aprovou novo PDM da cidade aceitando o veto do prefeito às mudanças propostas pelos vereadores

Roberta Bourguignon
GUARAPARI

O novo Plano Diretor Municipal (PDM) de Guarapari, que vai direcionar a atividade da construção civil e definir a organização do território na cidade, foi aprovado na tarde de ontem. Em sessão extraordinária, por nove votos a oito, a Câmara Municipal decidiu aprovar a lei mantendo os vetos do prefeito, Orly Gomes, às emendas propostas por vereadores.

Com isso, o que terá validade

pelos próximos anos é o projeto original enviado pela prefeitura, que autoriza a construção do aeroporto em Setiba, limita a construção de prédios na orla e autoriza a inclusão de ilhas urbanas na zona rural do município.

A cidade, que atualmente conta com um pequeno aeroporto, no bairro Aeroporto, que não recebe voos comerciais — e está sendo usado para outras atividades — poderá ter a mudança para Setiba.

A proposta é que ele fique do lado oposto ao Parque Estadual Paulo César Vinha, na Rodovia do Sol, que já consta no PDM como zona portuária.

O limite de altura na construção de prédios próximos às praias foi um dos principais pedidos dos moradores durante as audiências públicas para a votação da lei.

Em Meaípe, onde os moradores temem ocorrer a verticalização, o

novo plano prevê até dois pavimentos na orla, e quatro, a partir da segunda quadra da praia.

Em Nova Guarapari, a altura máxima dos prédios será de 29 metros, que equivale de oito a nove pavimentos na primeira quadra.

A partir da segunda quadra da praia, os prédios serão construídos com até 34 metros de altura. Já em Santa Mônica e Setiba, ficou estabelecido o limite de quatro andares próximo à orla.

O assunto mais debatido e temi-

“As emendas estavam erradas e não atendiam aos estudos realizados durante a criação do PDM”

Fernando Otávio, presidente do Sindicig

do pelos moradores do interior seria a inserção de ilhas urbanas nas zonas rurais.

Com a provação do projeto original, as ilhas urbanas passam a existir e, em algumas áreas, haverá cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

“Foram nove vereadores que votaram e decidiram manter o veto do prefeito. Espero que o PDM seja usado para o crescimento da cidade nos próximos anos”, afirmou o presidente da Câmara Wanderlei Astori (PEN).

Para o presidente do Sindicato da Construção Civil de Guarapari (Sindicig), Fernando Otávio, esse foi o melhor caminho.

“As emendas estavam erradas e não atendiam aos estudos realizados durante a criação do PDM. Até construções em área de APP (Área de Preservação Permanente) seriam autorizadas”, afirmou.

ENTENDA

ROBERTA BOURGUIGNON



ATUAL aeroporto em Guarapari

Aprovação do Plano Diretor Municipal

Audiências públicas

- O NOVO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) de Guarapari foi debatido em 12 audiências públicas realizadas por quase dois anos no município com várias entidades.
- A PREFEITURA é a responsável pela elaboração do plano, que define a ocupação e organização do território no município.

Na Câmara Municipal

- O PROJETO foi protocolado na Câmara Municipal no início do mês de novembro do ano passado para ser analisado e votado.
- O PRESIDENTE DA Câmara, Wanderlei Astori (PEN), decidiu realizar mais três audiências públicas durante este ano, para que os moradores da cidade tivessem conhecimento sobre o novo plano que terá validade de cinco anos.

Votação

- O PROJETO entrou na pauta do dia 8 de setembro deste ano para apreciação dos parlamentares. Os vereadores discutiram o texto em sessão extraordinária e aprovaram com algumas emendas.
- NA ÉPOCA, Astori disse que as emendas apresentadas eram a pedido das pessoas que participaram das audiências públicas realizadas na Câmara Municipal.

Emendas

- ENTRE AS EMENDAS, não foi autorizada a construção do aeroporto em Setiba, a criação de ilhas nas zonas rurais e a altura máxima para construção de prédios na orla da cidade foi reduzida.

Veto

- O PREFEITO encaminhou à Câmara o veto total a todas as emendas. A matéria foi votada em sessão extraordinária na tarde de ontem e a maioria manteve o veto do prefeito.



ROSIMARA MARINHO - 26/04/2014